

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Aos 23 dias do mês de agosto de 2016, às 14h00, na Gerência Regional de Saúde de Diamantina, realizou-se reunião objetivando a busca de um acordo entre as partes envolvidas no conflito socioambiental da região do Vale do Jequitinhonha, que se prolonga há mais de 10 anos, resultante da sobreposição territorial do Parque Nacional das Sempre Vivas e as populações tradicionais residentes em seu entorno, com suas práticas ancestrais de extrativismo. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”, discutiu-se e deliberou-se sobre este conflito por meio de Câmara Setorial da Mesa de Diálogo e Negociação.

A reunião foi coordenada pela Sra. Lígia Maria Alves Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento/SEPLAG. Após a rodada de apresentações dos presentes, esta abriu os trabalhos fazendo a leitura dos encaminhamentos constantes na ata da última reunião da Câmara Setorial da Mesa de Diálogo, realizada em Diamantina no dia 20 de junho de 2016.

Após isso, Márcio Lucca, Chefe do Parque Nacional das Sempre Vivas manifestou seu desacordo com o encaminhamento lido, no que se refere à realização das reuniões técnicas programadas para o terceiro momento dizendo que estas reuniões deveriam ser conduzidas, pelo ICMBio, nas comunidades, proposição que, no seu entendimento, não ficou de forma clara no encaminhamento feito na ata.

Em seguida, foram apresentadas as demandas das comunidades, por meio de apresentação em Data Show, elaborada por integrante da CODECEX, que será parte integrante desta ata.

Aproveitando o instrumento do Data Show, um representante ligado ao setor de conflitos do ICMBio, Sr. João Augusto Madeira, fez uma apresentação sobre alguns casos onde foi adotada, com sucesso pelo ICMBio, a ferramenta do Termo de Compromisso visando arrefecer os conflitos entre as comunidades tradicionais e as Unidades de Conservação, que também será parte integrante desta ata. Finalizou sua apresentação propondo a união entre os interesses conservacionistas e os modos de vida tradicionais porque, de forma alguma, esses interesses devem ser contraditórios. Afirmou que isto é uma tendência mundial e não é sábio não seguir por esse caminho.

Após as apresentações, o Sr. Márcio Lucca, Chefe do Parque Nacional das Sempre Vivas, comunicou que os conselheiros do parque foram convidados para participar desta reunião da Câmara e amanhã, em outra reunião, serão feitos encaminhamentos no âmbito desses conselhos.

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

O primeiro a ter a fala na reunião foi o Sr. Rafael Barros da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social/CIMOS do Ministério Público Estadual de Minas Gerais questionando ao técnico do ICMBio, Sr. João Madeira, se o Termo de Compromisso seria uma ferramenta transitória, já que a meta pleiteada pelas comunidades seria a recategorização do parque, ou haveria a possibilidade dele se tornar um instrumento de acordo permanente. O representante do ICMBio explicou que o Termo de Compromisso é realmente transitório, mas permite a segurança jurídica num momento de transição, ou seja, enquanto não se resolve a questão da recategorização, ou desafetação da área da Unidade de Conservação. Não obstante seu caráter provisório, ele acredita que o Termo de Compromisso pode ser uma excelente ferramenta, sendo que eles estão previstos no Sistema Nacional de Unidade de Conservação/SNUC, para regularizar a situação das famílias até que elas sejam reassentadas em outro local. Entretanto, continuou, existem outras leis, inclusive acórdãos internacionais, que regem estas situações, por outra ótica, como por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Flavio Rodrigues da Cruz, membro da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas/CODECEX, reafirmou que o pleito das comunidades é a recategorização da Unidade de Conservação de Parque Nacional para Reserva de Desenvolvimento Sustentável e acredita que o Termo de Compromisso seria bem adequado para esse momento de transição. Outro ponto que foi destacado em sua fala é sobre a proposição ressaltada inicialmente pelo Márcio Lucca, do ICMBio ir às comunidades para fazer as reuniões no processo de construção dos Termos de Compromisso. Acha temerário que o ICMBio vá nas comunidades para esta finalidade sem a interlocução da CODECEX.

Em seguida o professor Claudenir questionou o porquê da necessidade da negociação no âmbito da Mesa de Diálogo do Estado, se já existiria essa prática de celebração de Termos de Compromisso dentro do próprio ICMBio. Em sua opinião, este fato vem demonstrar as dificuldades de interlocução que as comunidades estão encontrando para a resolução desse conflito. No seu entendimento, quando a proposta do Termo de Compromisso foi apresentada pelo ICMBio, ela não foi bem aceita porque o Grupo de Trabalho estava focado na proposição principal que era a recategorização do parque. Para ele, a importância da celebração do Termo de Compromisso é compreendida, hoje, pelo fato de que o processo de recategorização da unidade está tramitando em outra esfera, fora do âmbito local. Entretanto, fez críticas a algumas regras da Instrução Normativa do ICMBio que rege o processo de construção dos Termos de Compromisso que, segundo ele, é falha em vários aspectos, e citou como exemplo, o fato da norma exigir que os

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

acordantes devam residir dentro da área do parque, caso que não se aplica no âmbito deste conflito. Outra questão criticada por ele é a desconsideração, pela IN, no processo de construção dos termos, dos dados sociais pré-existent, já levantados por outros órgãos de pesquisa, das comunidades envolvidas, trazendo com isso, enormes atrasos e possíveis falhas de avaliação. Entende que se o Termo de Compromisso é um instrumento provisório, sua construção deveria ser mais ágil. “Se começarmos sempre do zero, não avançaremos nesse processo”. Afirmou também que, nesse processo, a CODECEX não pode ser desconsiderada em seu âmbito político de representatividade.

Teve a vez para a fala, o Sr. Antônio Miranda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. Disse ter ficado muito otimista com a apresentação do ICMBio sobre o processo de celebração dos Termos de Compromisso. Entretanto reconhece, assim como o professor Claudenir, que estudos e levantamentos anteriores não deveriam ser desconsiderados pelo ICMBio e que o INCRA possui um vasto estudo realizado na Comunidade Quilombola Vargem do Inhaí, que deveria ser aproveitado.

A moradora da comunidade do entorno do parque, Elisângela Ribeiro, disse reconhecer a Mesa de Diálogo como um espaço importante, mas teme que haja retrocesso nas tratativas devido aos impasses que são colocados pelas leis. Segundo ela, todas as tentativas de consenso esbarram em leis que não olham para as comunidades pobres e sofridas. Pede para que as pessoas que estão envolvidas nessa negociação olhem com carinho para a situação difícil das comunidades.

Após essa fala, teve vez o Dr. Edmundo Antônio Dias, membro do Ministério Público Federal que disse ter ficado também positivamente impressionado com a apresentação do ICMBio. Porém também expôs o fato de que, primeiro se acha que houve algum avanço, e depois existe a sensação que a questão irá retroceder. Em sua opinião esta sensação se deve em virtude da percepção de que o processo para a construção do termo será muito mais lento do que gostariam. Nesse sentido, indagou ao Sr. João Madeira qual seria o prazo para a conclusão dos trabalhos para a construção dos Termos de Compromisso, aproveitando-se os estudos e levantamentos já existentes. Em relação à fala da Sra. Elisângela, no que se refere às leis, disse que já existem muitas leis pró-comunidades tradicionais e elas precisam começar a ser cumpridas.

Em resposta ao questionamento do Dr. Edmundo, o representante do ICMBio, Sr. João Madeira esclareceu que a Instrução Normativa que rege a construção dos Termos de Compromisso, não obriga a constituição de um grupo de trabalho para esta finalidade, apenas indica essa

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

possibilidade. Caberia ao ICMBio avaliar essa conveniência. Esclareceu também que, quando se tem informações relevantes a respeito das comunidades não se pode partir da estaca zero, desconsiderando dados e pesquisas já realizadas, bastando que os estudos existentes comprovem que estão bem fundamentados. Também reconhece que a CODECEX representa a comunidade, não obstante, o Termo de Compromisso tem que ser feito “in loco”, ou seja, diretamente com as pessoas envolvidas e não apenas com seus representantes, sendo isto expresso na IN. Corroborava com a fala da Sra. Elisângela que reflete bem a complexidade das questões que estão sendo abordadas nestas reuniões. Reconhece que no Brasil há um histórico de desrespeito com as comunidades pobres e, portanto, mais vulneráveis, e que isso gera um acúmulo de angústias e desesperanças na fala dessas pessoas. Gostaria que a convivência das Unidades de Conservação fosse harmônica com os direitos dos povos tradicionais. Disse que a atividade de coleta de sempre vivas não é necessariamente uma atividade sustentável. É preciso haver metodologia e formas criteriosas para a execução dessa atividade com o risco de se chegar ao esgotamento desses recursos, assim como outras atividades ligadas aos povos tradicionais. Não se sente apto, nesse momento, a dar um prazo para a conclusão dos trabalhos uma vez que não quer criar falsas expectativas, porém sente que é preciso haver a união de todos e mais confiança mútua, porque ao contrário, o resultado pode ser a paralização do processo. Citou como exemplo positivo, o conflito da Serra Geral dos Tocantins onde a situação era bastante tensa e hoje os ânimos estão apaziguados, enquanto se espera a recategorização da unidade, uma vez que territórios quilombolas não podem ficar sobrepostos a unidades de preservação integral.

Em seguida, teve a palavra Tatiana Machado, do ICMBio, dizendo que o Termo de Compromisso é a via mais rápida e adequada para garantir os direitos das populações tradicionais, propiciando o reconhecimento e também regularizando a situação destas populações que vivem dentro precisam utilizar as Unidades de Conservação. Esclareceu que a necessidade que o ICMBio tem de ter que ir diretamente às comunidades para a construção dos termos não pode ser vista como um atraso no processo e sim como garantia de participação de todos os envolvidos e diminuição do risco de se cometer erros, uma vez que os termos são assinados com cada um dos interessados. Isso não significa que o instituto não reconheça a representatividade de entidades ou associações presentes nos conflitos. Em sua opinião para que os trabalhos sejam desenvolvidos em bom termo, é necessário construir uma relação de confiança mútua entre o órgão e as pessoas envolvidas. Não duvida da capacidade das pessoas quanto ao entendimento de que a celebração do acordo será benéfica para ambos os lados.

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

João Pio da Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social/SEDPAC, citou várias leis que tratam dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Mencionou que a Comissão Estadual está cuidando desta temática no Estado de Minas Gerais, sendo que as comunidades extrativistas de sempre vivas têm, atualmente, assento na comissão de âmbito nacional.

Márcio Lucca, Chefe do PARNA das Sempre Vivas, teve novamente a palavra dizendo reconhecer a luta dos povos tradicionais. Disse que o SNUC foi uma das primeiras leis a reconhecer os direitos dessas comunidades, que nem sempre são compostas de índios ou quilombolas. Ao longo do tempo foram surgindo outras leis e decretos que regulamentaram mais especificamente esses direitos e pouco a pouco se vai avançando nesta questão. Reafirmou tudo o que foi dito pelas falas dos outros representantes do ICMBio quanto ao processo adequado de construção dos termos de compromisso. Também acha que esse processo deva ser feito com o máximo de transparência. Disse que a proposição do ICMBio é de se construir um relacionamento direto com as comunidades e não só por meio de seus representantes, uma vez que cada comunidade tem suas especificidades. Afirmou que o ICMBio tem pressa nesse processo tanto que o está propondo desde 2013 e acredita que agora essa construção será viabilizada. Finalizou sua fala, reconhecendo o papel importante da Mesa de Diálogo na mediação desse conflito.

Depois, a Sra. Geralda Soares, representante da CODECEX na Mesa, disse que a CODECEX sempre representou os apanhadores de sempre vivas, desde a época em que as pessoas não tinham voz. Acha importante a participação da entidade no processo de construção destes termos como a forma de garantir que os direitos conquistados não sejam suprimidos nesse processo.

Jerônimo Martins, funcionário do PARNA Sempre vivas desde 2012, teve a palavra afirmando que o conhecimento dos gestores da unidade em relação aos moradores envolvidos com a mesma é imprescindível, inclusive no que tange ao pretendido processo de recategorização da unidade, uma vez que, mesmo nas Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis/RDS's existem normas que devem ser cumpridas em relação às atividades das comunidades envolvidas. Sendo assim, o Termo de Compromisso que é celebrado com cada morador, serve de embasamento para o Acordo de Gestão (antigo Plano de Utilização das Reservas Extrativistas), instrumento exigido para a nova categoria que se está pleiteando. Acha necessário o ICMBio ter o máximo de clareza de todo o uso que é feito dentro e no entorno da unidade devido às várias especificidades de cada região e os termos é que poderiam refletir melhor estas peculiaridades. Terminou sua fala dizendo que sem a

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

participação e aproximação do órgão com as comunidades não será possível avançar, nem mesmo em se tratando de uma RDS.

O próximo a falar foi o Sr. Adilto que pediu mais respeito nas tratativas dos gestores do parque com os proprietários de áreas dentro da unidade e também com as pessoas das comunidades e relatou um caso ocorrido em sua propriedade que o deixou bastante indignado.

O Sr. Normandes de Jesus, da CODECEX reclamou que as comunidades não são informadas sobre as ações do ICMBio, dando como exemplo a elaboração do Plano de Manejo do parque que, segundo ele, ninguém sabe como anda. Em seguida questionou ao Sr. João Madeira, do ICMBio, questões sobre a recategorização da área de aproximadamente seis mil hectares, de Vargem do Inhaí, sobreposta ao parque e como ficaria a situação das áreas, fora desse território, onde também é feita a coleta de sempre vivas pela comunidade. Reclamou sobre os vários desrespeitos que já aconteceram ao longo da convivência entre as comunidades e as gestões da unidade dizendo como é difícil simplesmente esquecê-los. Solicitou que as comunidades possam escolher os agentes do ICMBio que irão realizar as visitas às comunidades para construção dos termos, sendo que, na preferência deles, esse agente seria o Jerônimo, caso ele aceite. Reclamou também que o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços/ICMS Ecológico que o seu município recebe em função da existência do parque não chega às comunidades e eles têm enfrentado diversas dificuldades no seu dia a dia. Além disso, o ICMBio nunca os auxiliou em nada e ao invés disso só sabem aplicar multas.

Por último, o professor Claudenir da UFVJM fez uma proposição baseada no parágrafo segundo do artigo doze da Instrução Normativa nº 26 para que os termos sejam assinados diretamente com as associações comunitárias, tendo os nomes dos comunitários inseridos por meio de adesão. Sugeriu também que já partissem para as comunidades com uma minuta do termo.

O Sr. Antônio Miranda do INCRA, solicitou que fosse estabelecido um cronograma para o trabalho de construção dos termos junto às comunidades e, em seguida, a Sra. Rosana Santos, também do INCRA, questionou ao ICMBio se este podia colaborar com o INCRA no que se refere ao levantamento fundiário da área sobreposta do território da Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí.

ATA Nº 034/2016 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.

Encaminhamentos:

Fica criado um grupo de trabalho para estabelecer os critérios da metodologia ou Plano de Trabalho a serem seguidos para a construção dos Termos de Compromisso que serão celebrados junto às comunidades. Esse Grupo de Trabalho será composto por representantes dos vários órgãos envolvidos na questão, a saber: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio (Jerônimo), Ministério Público Federal (Edmundo), Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania/SEDPAC (João Pio), Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas CODECEX/Comunidades (Normandes), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM (Maria Neudes/Claudenir), Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/GESTA (Aderval Costa Filho), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER e Instituto Estadual de Florestas/IEF (a serem indicados), sendo acrescidos no grupo os seguintes órgãos: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais/CIMOS do Ministério Público de Minas Gerais/MPMG (Rafael) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA (Rosana - a confirmar).

Fica acordado que a coordenação desse grupo será do ICMBio (Jerônimo). Os trabalhos de elaboração do Plano de Trabalho serão realizados em até 30 dias. Se necessário, a Mesa de Diálogo e Negociação será acionada para acompanhamento dos trabalhos desse grupo.

Após a elaboração do Plano, os trabalhos serão iniciados, de acordo com a metodologia estabelecida. Fica agendada uma reunião para o dia 22 de novembro de 2016 para que os trabalhos do grupo sejam apresentados no âmbito da Mesa de Diálogo.

Diamantina, 23 de agosto de 2016.